

A expansão capitalista global, sobretudo nas últimas duas décadas, vem se configurando como um condicionante ideológico e como um campo de práticas com os quais a educação e a saúde se vêem compelidas a dialogar. Este número da revista *Trabalho, Educação e Saúde* busca trazer esta questão para o cenário da formação em saúde, mapeando as direções que o processo vem assumindo em experiências societárias mais recentes.

Na seção Artigos, dois textos abordam a questão. Maria Angélica Alberto — “A noção de empregabilidade nas políticas de qualificação e educação profissional no Brasil nos anos 1990” — explora os sentidos que a noção assumiu, no período referido, nos documentos produzidos pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, e Ministério da Saúde. O contexto de análise da autora é a reestruturação produtiva e as conseqüentes elevações das taxas de desemprego estrutural de caráter global, assim como seus diferentes impactos na divisão internacional (e nacional) do trabalho. Gustavo Matta, no texto “A Organização Mundial de Saúde: do controle de epidemias à luta pela hegemonia”, discute, a partir de diversificada pesquisa bibliográfica e documental, as transformações na organização e atuação desta agência, no sentido de se legitimar como formuladora de políticas públicas de caráter global, de hegemonizar o mercado de saúde internacional, e de se inserir na arena de negociação política, econômica e cultural denominada *Global Health*. Na seção Debate, o tema é discutido a partir de dois textos. “A Mundialização da educação: neoliberalismo e social-democracia no Brasil e na Venezuela”, de Adriana de Melo, trata dos conflitos, na década de 1990, entre a resistência dos movimentos da sociedade civil organizada e a direção adotada pelas políticas educacionais implementadas nos dois países citados no título, a partir das orientações propugnadas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial para a América Latina e Caribe. Embora a autora aponte avanços na democratização da educação no período em tela, indica também as conseqüências negativas do processo, entre elas, a permanência do dualismo estrutural escolar. Giovanni Alves, no texto “Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global”, trata da experiência hodierna do corpo na esfera do toyotismo — que o autor define como a atual ideologia orgânica da produção capitalista. O toyotismo promove, segundo o autor, uma “compressão psicocorporal”, similar à compressão espaço-tempo constatada por David Harvey; a compressão psicocorporal caracterizaria, assim, um novo modo de articulação corpo-mente no âmbito do regime de acumulação flexível global.

A formação profissional em saúde, temática recorrente e central da revista, é enfocada neste número da *Trabalho, Educação e Saúde* em três artigos. Em relação à formação profissional de nível superior, o texto “Desenvolvimento docente na área da saúde: uma análise”, de Nildo Batista, critica a precedência de uma “formação profissional específica” sobre a “formação

para a docência”, apontando que a primeira não pode ser considerada uma condição suficiente para a segunda. Ainda em relação à formação profissional em saúde de nível superior, o artigo “A formação do enfermeiro: uma aproximação à recente produção científica”, de Otilia Seiffert, analisa a produção mencionada, a partir de três núcleos temáticos — a saber, “fundamentos pedagógicos”, “ensino de enfermagem” e “currículo” — presentes em textos de diferentes gêneros veiculados em periódicos brasileiros. No interior desses núcleos temáticos, a autora tece considerações sobre as questões recorrentes — como interdisciplinaridade, educação reflexiva, integração entre ensino e prática — e sua relação com recentes políticas públicas na saúde e educação (como as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, de 2001). Em relação à formação profissional de nível médio, Ana Lúcia Abrahão da Silva, no artigo “Educação profissional e gestão em saúde: pressupostos teórico-conceituais na formação de profissionais de nível médio”, discute a matriz curricular do Curso de Educação Profissional de Gestão em Serviços de Saúde, oferecido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. Dialogando tanto com a atual estrutura da administração dos serviços de saúde quanto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a autora discute a construção da autonomia pelos educandos, autonomia que figura como um horizonte para a descentralização, a regionalização e, sobretudo, a democratização dos serviços de saúde.

Por fim, no campo dos pressupostos teórico-filosóficos da formação profissional, José Rodrigues retoma o horizonte do debate político e pedagógico da politécnica, no ensaio “Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural”. O autor indica a atualidade da concepção de educação politécnica para o contraponto ao fenômeno da dualidade estrutural escolar, cuja manifestação mais recente se encontra, segundo o autor, no decreto de educação profissional em vigor (nº 5.154/2004).

Este número publica ainda a entrevista concedida pelo professor Emir Sader e três resenhas: de José Sanfelice, sobre a obra *Histórias e memórias da educação no Brasil, volume III, séc. XX*, organizada por Maria Stephanou e Maria Helena Bastos; de José Airton Monteiro e Solange Monteiro, sobre o livro *Trabalho, educação e luta de classes*, organizado por Susana Vasconcelos Jimenez e Jackline Rabelo; e de Valdemar da Silva e Giovane Ramos, sobre o livro *De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária*, de autoria de Maria Cecília de Souza Minayo.

*A editoria*